

Colonização é atenuante e não representa solução

Alberto Tamer

A colonização poderá representar uma atenuante para o grave problema da produção agrícola e colocação da mão-de-obra desempregada no campo, impulsionando um importante setor da economia, mas há sérios obstáculos a vencer, que limitam, pelo menos a médio prazo, a eficiência do seu alcance. Não faltam terras disponíveis ou infra-estrutura apropriada.

Somente no Município de Aripuanã, na pré-Amazônia brasileira, ao norte de Mato Grosso, estende-se uma imensa gleba de terra roxa vazia. São pelo menos 3,5 milhões de hectares de solo considerado dos mais férteis do Brasil, que poderiam abrigar mais de 10 milhões de pessoas.

Há, ali, algumas colonizadoras privadas desenvolvendo um frutífero trabalho de implantação de núcleos — a Indeco, de Ariosto da Riva e a Juruená, de João Carlos Meirelles — que já assentaram mais de 17 mil famílias, representando pelo menos 90 mil pessoas. A cidade de Alta Floresta, por exemplo, que nasceu em 1976 — antes era a selva absoluta — tem, hoje, uma população de mais de 50 mil habitantes.

Anualmente, estão-se transferindo para aquela área em torno de 1.500 a 2.000 famílias, representando uma população extra de dez mil pessoas. As experiências agrícolas com lavoura perene — como cacau, café, arroz, feijão, soja, entre outras — apresentaram excelentes resultados pela qualidade da terra. No ano passado, dali saíram pelo menos 300 mil sacas de arroz e cem mil de milho.

No sétimo ano consecutivo, a terra continua produzindo bem. É um outro Brasil, sem crise, onde 80% da população é de agricultores e todos trabalham, afirma Ariosto da Riva, criador do projeto de Nova Floresta, um homem que tem apenas o curso primário, mas conseguiu levantar, em apenas alguns anos, uma cidade e um império colonizador na pré-Amazônia brasileira.

Qual o segredo? Escolher teria boa e o homem certo, levar o bom colono, que geralmente "currou a maior escola de agricultura do Brasil, que é o Paraná, e lá estava perdido nas pressões do minifúndio".

"Fala-se muito, no Brasil — diz — em dar terra ao homem sem terra. Isso é demagogia. O homem que realmente tem vocação para a terra sempre a obtém, ou trabalhando como meeiro, ou arrendatário, ou comprando-a com o seu esforço próprio. Vejo isso em Alta Floresta. Muitos, sem recursos, chegam como meeiros e logo mais estão comprando seu lote."

"O homem que realmente tem vocação para a terra sempre a obtém, trabalhando como meeiro ou arrendatário..."

CUSTO ELEVADO

O problema, porém, é mais complexo quando se pretende aumentar as dimensões do grande projeto, devido principalmente aos custos de implantação (do projeto e do colono). Na Indeco, o lote de terra roxa de 50 hectares custa Cr\$ 6 milhões. Ariosto da Riva estima que sua empresa

investiu na área, até agora, pelo menos Cr\$ 5 bilhões, obtidos basicamente com a receita da venda das terras. Ao todo, contando investimentos da Indeco e das 12 mil famílias, já foram aplicados mais de Cr\$ 30 bilhões, desde 1976.

Trata-se de um valor aceitável, considerando-se que na seca do Nordeste despenderam-se Cr\$ 45 bilhões por mês apenas para pagar aos retirantes um salário mínimo de Cr\$ 15 mil, indispensável para evitar a morte pela inanição. O governo não poderia, portanto, desenvolver programas inteligentes de colocação de lavradores sem terra nessa área imensa e fértil da pré-Amazônia?

Em tese, parece uma solução fácil — e foi até mesmo tentada quando da abertura da Transamazônica —, mas ela esbarra não apenas na carência de recursos mas, principalmente, no despreparo do homem para esse tipo de atividade pioneira. Tanto Ariosto da Riva quanto João Carlos Meirelles insistem nesse ponto comum: o homem precisa estar preparado — daí a "escola agrícola do Paraná" — ou então receber uma atenção especial antes de sua simples colocação em projetos pioneiros na selva amazônica.

"Há dois agentes deletérios que precisam ser desnudados para que se reconquiste a confiabilidade"

NOVA POLÍTICA DE COLONIZAÇÃO

Meirelles, que tem grande experiência de colonização na Amazônia e cuja empresa (Juruená, criada bem depois da Indeco) já assentou somente naquela área mais de cinco mil famílias — defende a tese de que "o conceito de colonização precisa ser revisto. É preciso — afirma — levar em conta vários tipos de pessoas a serem atendidas com vistas não somente a resolver problemas sociais, mas também de gerar produção agrícola para o consumo externo e para a exportação. Neste sentido, a questão pode ser assim apresentada:

1 — Criação de oportunidade para o agricultor treinado, mas sem recursos financeiros, incapacitado de comprar a terra. Cabe ao poder público agir por meio de um sistema não paternalista de venda de terra — igual ao sistema privado — mas a longo prazo, a exemplo do que o BNH faz com moradias nas cidades. O governo deveria contar com a prestação de serviços de empresas já com alguma experiência em colonização e assentamento de colonos. Com isso, poderiam ser evitados os erros do passado, onde o paternalismo e a improvisação levaram ao malogro projetos que poderiam ter sido bem sucedidos. Há até mesmo empresas privadas já utilizando esse tipo de serviço em seus próprios projetos de colonização;

2 — Projetos destinados a receber pessoas com treinamento e algum recurso financeiro, como são os casos da Indeco, da Juruená, da Sinope. Aqui, a alternativa da nova fronteira ter um duplo efeito: levar o pequeno lavrador, geralmente do Sul do País, a vender a sua terra em área de minifúndio para seu vizinho e comprar áreas maiores no novo em-

Os projetos de colonização do governo fracassaram, em sua grande maioria, pela inexperiência e demagogia

preendimento, quase sempre na Amazônia. Dessa forma, resolvem-se dois problemas: o do minifúndio antieconômico, no Sul, e o da ocupação — com produção agrícola — no Norte;

3 — Há, ainda, um terceiro tipo de colonizador, que é o empresário rural de médio porte, ou mesmo pessoas das mais variadas profissões, que vendem seus bens e tentam uma nova experiência no Sul. Este pouco difere do anterior, exigindo apenas, em alguns casos, maior atenção por parte da empresa colonizadora quanto às especificações do solo, atividade de exploração agrícola e comercialização.

"Há dois agentes deletérios que precisam ser desnudados para que se reconquiste a confiabilidade e a rapidez do processo de colonização, tanto oficial quanto privado. No oficial, é preciso que se denuncie publicamente o 'posseiro profissional'. Os órgãos do governo conhecem falsos agricultores que já receberam mais de cinco títulos de propriedade em projetos diferentes. Há o caso do projeto Terra Nova, em Mato Grosso, na rodovia Cuiabá-Santarém, que se destinava ao assentamento de posseiros das reservas indígenas de Cacique Doble e Nunoai, no Rio Grande do Sul. Foi instalado em 1978. Hoje, 80% dos 'colonos' venderam seus lotes para médios e grandes fazendeiros, continuando em suas antigas áreas como posseiros."

Um segundo problema: as empresas-fantasma de colonização que vendem áreas griladas, gerando problemas gravíssimos para os compradores incautos, desacreditando a colonização rural.

SOLUÇÃO PARCIAL

Os projetos de colonização do governo fracassaram, em sua grande maioria, pela inexperiência, improvisação, paternalismo, precipitação e, acima de tudo, demagogia na medida em que se pretendeu apenas transferir pessoas, dar títulos de propriedade, fazer notícias, ganhar manchetes, sem se pensar mais seriamente na viabilidade econômica do novo empreendimento para o colono.

Há algumas experiências com bons resultados no setor privado, como a Juruená, de Meirelles, a Indeco, de Ariosto da Riva, e a Sinope, de Enio Pepino, o pioneiro dessa atividade na Amazônia. As possibilidades que se abrem são imensas, não apenas para o homem do Sul, mas para os nordestinos do agreste e do sertão, estes mais difíceis de se adaptar. Como lembram Riva e Meirelles, todo o Aripuanã de terras roxas e virgem está aberto para receber mais de dez milhões de famílias. É um empreendimento que demandará tempo, porém, e mesmo se bem-sucedido, somente amenizará — e não resolverá — a grave crise do homem sem terra, do trabalhador sem emprego, da produção agrícola insuficiente para atender — sequer a contento — a demanda nacional.

Infelizmente não é ainda aqui que reside a saída da crise que assola o Brasil.